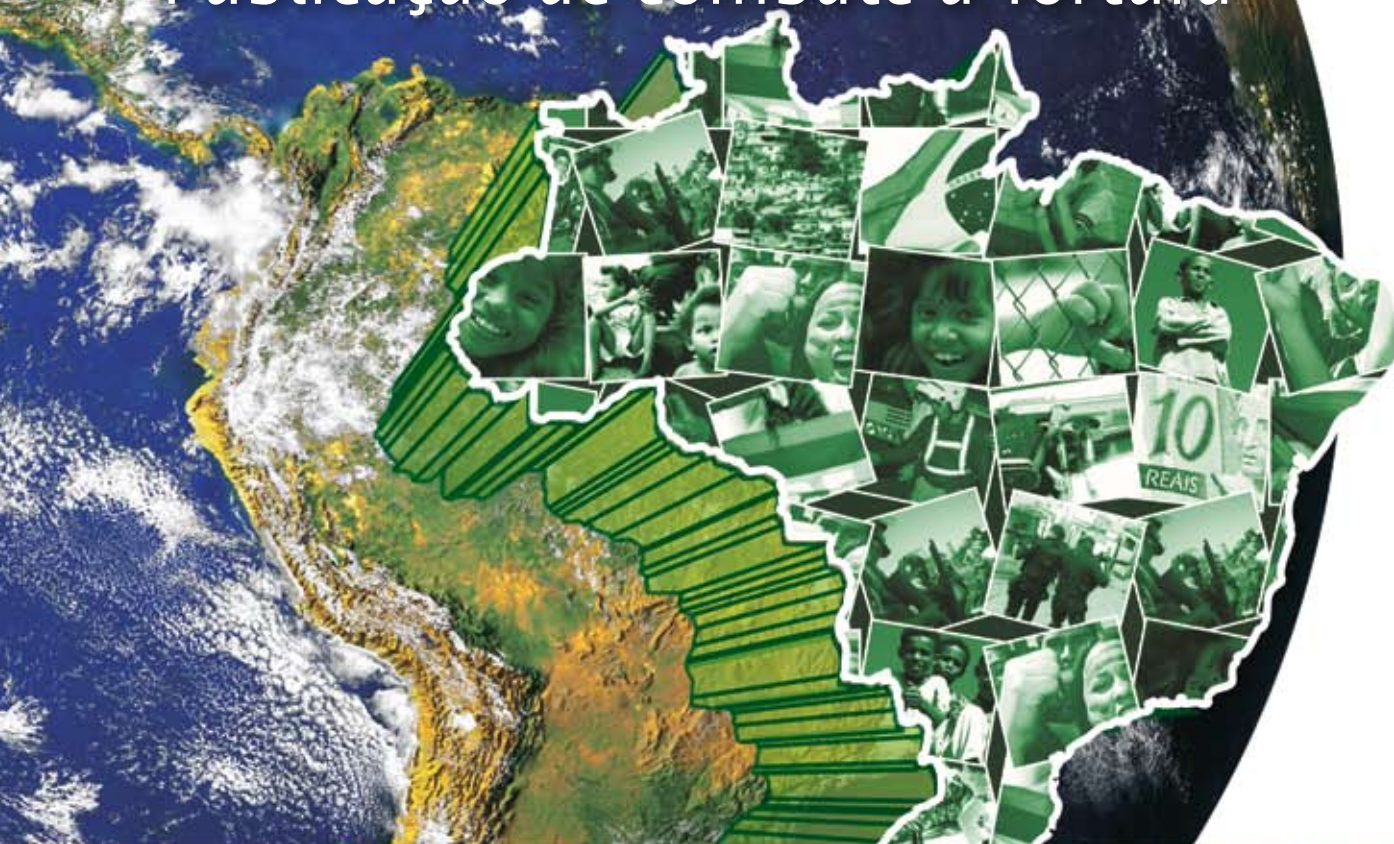


Ano 1. Edição 01. ISSN 1983-2761

ROMPENDO O SILÊNCIO

Publicação de combate à Tortura



Famosos rompem o silêncio contra essa terrível violação aos direitos humanos

Wagner Moura, Daniela Mercury, Jean Wyllys, Mv Bill,
Tico Santa Cruz, Zezé Motta, Clodoaldo Silva,
Zilda Arns, João Moreira Salles e mais...

Distribuição Gratuita

Expediente

Rompendo o Silêncio

É um projeto que visa promover o combate à tortura por meio da produção e publicação de revista com depoimentos e testemunhos de personalidades brasileiras.

ISSN 1983-2761

Executor do projeto:

IDDEHA – Instituto de Defesa dos Direitos Humanos

Presidente: Paulo Pedron

Financiador:

Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH. Convênio 188/2006

Jornalista Responsável:

Téo Travagin MTB - 5531

Diagramação e Layout:

Leandro Lauer

Revisão:

Sintática Comunicação

Fotos de capa (personalidades):

Rogério Ehrlich, Desirée do Valle, Marcelo Rudini, Gaspar Nóbrega, Michel Ray, David Prichard, Guto Costa e fotos de divulgação.

Impressão:

Artes Gráficas Renascer Ltda

Tiragem:

6.700 exemplares

Os artigos e entrevistas são de responsabilidade de seus autores.

Contato:

IDDEHA – Instituto de Defesa dos Direitos Humanos

Rua Reinaldino de Quadros, n. 89, Alto da XV.

CEP: 80050-030. Curitiba-PR

Tel: (41) 3363 3103

www.iddeha.org.br

iddeha@iddeha.org.br



06

DIRETOR E PROTAGONISTAS DE TROPA DE ELITE ENTRAM NA DISCUSSÃO SOBRE TORTURA

A opinião de José Padilha, Wagner Moura e André Ramiro sobre as práticas de abuso de autoridade, em relatos que analisam o filme Tropa de Elite.

12

CONTRA A DESIGUALDADE, A FAVOR DAS OPORTUNIDADES

O papel da sociedade em cobrar seus direitos e a omissão que existe com relação à violência e à tortura. Esses são alguns assuntos da entrevista com o músico Tico Santa Cruz.

17

SUCESSO NAS PISCINAS, E PREOCUPAÇÃO COM O FUTURO DO BRASIL

O atleta paraolímpico Clodoaldo Silva conta em sua entrevista como venceu suas limitações e analisa como o Brasil pode vencer a violência.

25

TORTURA: NEM MESMO CRIANÇAS E ADOLESCENTES SÃO POUPADOS DESSE CRIME

Daniela Mercury traz uma mensagem muito clara da importância de lutar pelos direitos da infância e da adolescência.

05 TORTURAR NÃO É INVESTIGAR

Explicações e conceitos sobre esse crime hediondo, embasados pela opinião de médica psiquiatra especializada no tema Tortura.

11 AQUI O PAPO É RETO

O rapper Mv Bill conta como já sofreu um tipo de abuso nas mãos de agentes públicos e manda seu recado.

14 TORTURA RACIAL, UM CRIME AINDA COMUM

Entrevista com atriz Zezé Motta, que há tempos milita no movimento negro. Ela fala sobre violência, racismo e sobre como a mídia tem se comportado com relação à tortura e ao preconceito.

16 JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E TORTURA

Artigo de reflexão sobre juventude dos dias atuais, embasado por processos históricos que levaram a uma realidade de violência e discriminação.

18 O FIM DA VIOLÊNCIA E A VIOLÊNCIA SEM FIM

João Moreira Salles apresenta um forte artigo sobre a violência que envolve o tráfico de drogas, mostrando como a situação do Brasil é tão grave quanto de um país em guerra.

22 POR MAIS RESPEITO AO SER HUMANO

O vencedor da quinta edição do reality show Big Brother, Jean Wyllys, fala sobre violações de direitos no Brasil e mostra sua indignação pelo desrespeito à diversidade.

24 JUVENTUDE EM XEQUE E MATE!

O preconceito com relação aos jovens e a mudança social que esse público pode construir, em artigo escrito pelo cantor Netinho de Paula.

26 DITADURA, TORTURA E CINEMA

O filme "Batismo de Sangue" traz cenas da tortura na ditadura militar no Brasil. Acompanhe a entrevista com o diretor do filme, que faz uma comparação da tortura naquela época e nos dias atuais.

28 A TORTURA QUE EXISTE DENTRO DE CASA

A paz só pode ser construída em um esforço da sociedade pela vida e pela fraternidade. Veja o que a médica pediatra Zilda Arns diz sobre isso.

29 COMO COMBATER A TORTURA?

Entrevista com o Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vanuchi.

30 O ESPECIALISTA FALA

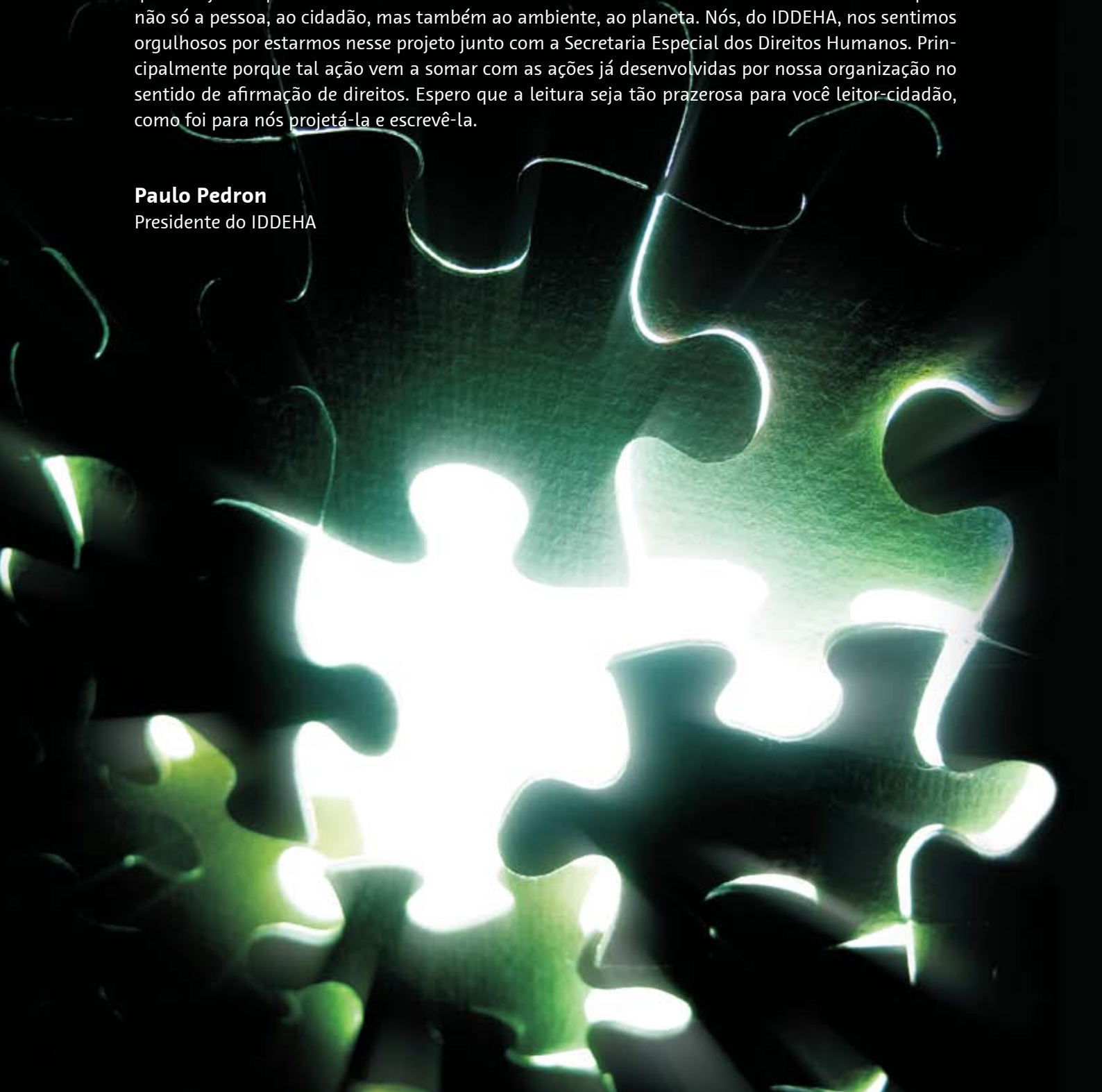
Acompanhe as opiniões de profissionais envolvidos com o combate à tortura no Brasil.

EDITORIAL

Romper o silêncio. Expressar. Falar. Gritar. Assumir posição. Ter opinião. O objetivo dessa publicação concebida pela nossa instituição e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, é trazer pessoas públicas brasileiras a se posicionarem sobre uma das mais hediondas e covardes formas de violência: a tortura. Essa prática ainda é comum não só em nosso País, mas praticamente no mundo inteiro. Relatórios de organizações internacionais de direitos humanos comprovam isso. Pesquisas de opinião revelam que parte considerável da nossa sociedade tolera, aceita a justificativa da tortura como prática investigativa policial. Envolver personalidades públicas no sentido de mostrar o quanto é terrível tal crime, com certeza ajuda na consolidação de valores. Principalmente daqueles que desejamos para a estrutura democrática do Brasil. Estrutura essa fundamentada no respeito não só a pessoa, ao cidadão, mas também ao ambiente, ao planeta. Nós, do IDDEHA, nos sentimos orgulhosos por estarmos nesse projeto junto com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Principalmente porque tal ação vem a somar com as ações já desenvolvidas por nossa organização no sentido de afirmação de direitos. Espero que a leitura seja tão prazerosa para você leitor-cidadão, como foi para nós projetá-la e escrevê-la.

Paulo Pedron

Presidente do IDDEHA





TORTURAR NÃO É INVESTIGAR.

A tortura, apesar de ir contra inúmeras leis nacionais e internacionais, ainda acontece no Brasil. É considerada um crime hediondo, ou seja, tão grave quanto estupro, sequestro ou latrocínio. A lei 9.455/97 define os tipos de tortura:

1 - TORTURA-PROVA: emprega-se a violência física ou psíquica para extrair “provas” da vítima;

2 - TORTURA-PENA OU TORTURA-CASTIGO: a tortura é utilizada como forma de punição;

3 - TORTURA DO ENCARCERADO: Violência contra a pessoa presa, não importando a natureza ou motivo do encarceramento;

4 - TORTURA RACIAL OU DISCRIMINATÓRIA: o agente emprega a violência em razão da discriminação racial ou religiosa;

5 - TORTURA COMO CRIME-MEIO: o torturador obriga através da violência a vítima a cometer crimes.

A médica psiquiatra Guanaíra Amaral, do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de São Paulo, conceitua esse crime como “um ato de um ser humano contra o outro com o objetivo de causar dor e sofrimento e obter alguns ganhos como informação ou apenas o exercício do poder sobre o outro”. Ela explica que o agente torturador é um ser humano normal, com capacidade de amar e ser amado, mas ao praticar a tortura não está vendo na sua vítima um ser igual a ele. “É visto como um ser que não pertence ao seu grupo” afirma.

A médica comenta que atualmente essa é ainda uma prática muito comum, mas que infelizmente não é combatida porque a sociedade não tem se importado com as vítimas, que geralmente são pobres. Quando é utilizada para extrair confissões ou provas, a tortura faz com que a investigação da polícia não apenas perca credibilidade, como também manche a imagem da polícia diante da população, pois coloca todos, polícia e bandido, no mesmo patamar.

Guanaíra comenta a gravidade desse crime: “quando a pessoa é torturada, geralmente fica com muitas seqüelas, que podem ser físicas, mas também psicológicas, pois pode provocar distúrbio cognitivo, ou seja, a pessoa torturada pode criar dificuldades de aprendizado, de concentração, de memória ou passar a ter distúrbios emocionais. Se é uma tortura coletiva, como quando há uma ação policial ostensiva dentro de uma favela, em que toda a população sofre com isso, essa população fica marcada para sempre.”

A tortura acontece em plena luz do dia, mas ninguém sabe nada

O artigo 1º (§2) da lei sobre a tortura determina que “aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos”

Para denunciar a tortura, a pessoa que tomar conhecimento desse crime deve procurar uma Ouvidoria da Polícia. A Ouvidoria de Polícia tem como atribuições ouvir, encaminhar e acompanhar as manifestações da sociedade civil: denúncias, reclamações e representações da população referente a omissões e atos arbitrários, desonestos, indecorosos ou que violem os direitos individuais ou coletivos praticados por autoridades e agentes policiais.



Diretor e protagonistas de Tropa de Elite entram na discussão sobre tortura

Filme levanta debate sobre a ação dos policiais na favela, tortura, violência e tráfico de drogas

O Filme: Passa-se no Rio de Janeiro, no ano de 1997. Narra a história de um capitão do Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar. O Capitão Nascimento (Wagner Moura) da Tropa de Elite da Polícia do Rio precisa encontrar um sucessor a quem deixar o Batalhão e, assim, mudar de vida ao lado da mulher, prestes a dar a luz ao seu primeiro filho. Junta histórias de outros personagens: dois jovens aspirantes a oficial da PM, uma jovem idealista, um garotão da Zona Sul que vende maconha na faculdade e o dono do morro que divide a cocaína com jovens de uma ONG. São representantes dos vários extratos sociais que compõem o enredo do filme. Cada um desses grupos tem diferentes

interesses: o traficante, a polícia, o Batalhão, o consumidor de drogas. O Filme debate a tortura na medida em que apresenta cenas em que os policiais se utilizam de métodos violentos contra os moradores dos morros para obter informações sobre o tráfico.

O filme Tropa de Elite obteve sucesso de público e de crítica, levou o Urso de Ouro em Berlim e gerou uma febre nacional em cima das frases de impacto dos personagens. Ele levanta um debate sobre a ação dos policiais e sobre esse assunto comentam o diretor José Padilha e os atores Wagner Moura (Capitão Nascimento) e André Ramiro (André Mathias).

O que pode a linguagem NO CINEMA?

Entre a linguagem e a sua interpretação

José Padilha e Luiz Eduardo Soares*

Um capitão do Bope, Batalhão de Operações Policiais Especiais da PM do Rio de Janeiro, depois de torturar por horas um adolescente pobre e negro, numa favela carioca, ante a resistência de sua vítima em delatar o parceiro do tráfico, apanha uma vassoura e determina a seu subordinado: “Zero-Seis, arreia as calças dele”.

“Foi então que me ocorreu estrear os Golfinhos de Miami. Fomos até uma caixa d’água. Retiramos dois fios da rede de iluminação pública. Mandamos o Juninho entrar na caixa e mergulhamos as pontas dos fios, uma em cada lado. Que beleza! Você precisava ver aquilo. Ele saltava com leveza e graça. Só faltava trilha sonora e um jogo de luzes”.

Qual o horror maior, o maior assombro? As cenas descritas de um ponto de vista distante e crítico, interpre-

tando suas condições de possibilidade histórico-culturais, ou na voz e pela perspectiva de quem incorporou tais condições, inconsciente de sua eficácia subliminar e ubíqua, inteiramente distante de qualquer sensibilidade crítica?

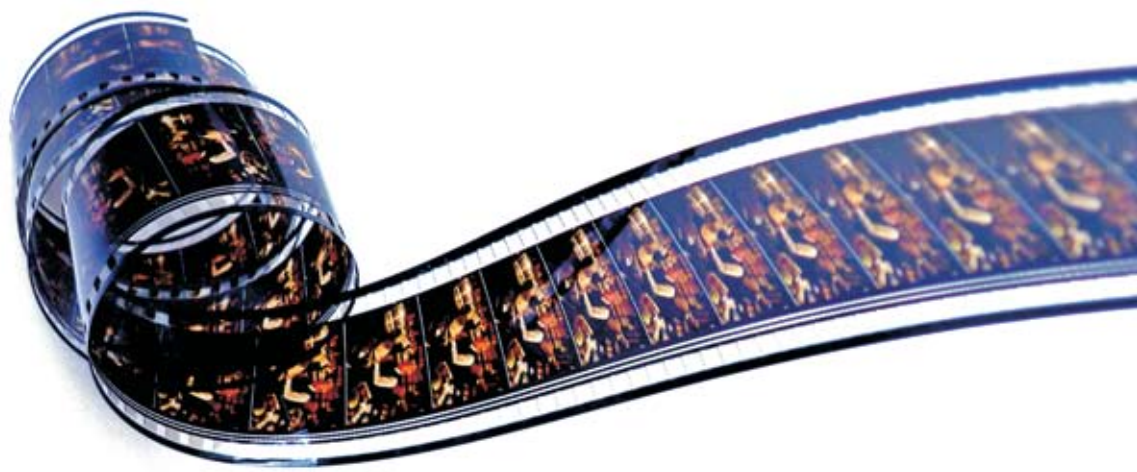
Optamos pelo horror maior. Tortura prescinde de adjetivos e meta-linguagem. Tortura é sinônimo de barbárie; seria absurdo explicar as razões pelas quais ela é o inverso de toda razão. A primeira cena está no filme *Tropa de Elite*; a segunda no livro, *Elite da Tropa*, que nasceram e cresceram obras distintas e autônomas, mas atravessadas por fontes, referências, intenções e estrutura narrativa comuns. E uma indagação compartilhada: como a sociedade constitui policiais capazes de torturar e de atribuir à selvageria um sentido, convertendo-a em performance funcional e em instrumento de trabalho passível de cálculo e distribuição metódica?

Seria extremamente simplificador reduzir a magnitude desse problema e sua complexidade a explicações de natureza individual, moral ou psicológica. Ainda que essas dimensões sejam relevantes, patologias e idiosincrasias, “desequilíbrios” e “desvios de caráter” não dariam conta da escala do fenômeno, nem de sua incessante reprodução. Sob 4.329 mortes provocadas por ações policiais nos últimos quatro anos, no estado do Rio, muitas das quais ocultando execuções, está em curso a afirmação repetida de um padrão institucionalizado, de uma cultura corporativa, de uma política. A maioria desses atos é praticada por indivíduos tão normais quanto podem ser, em média, cidadãos de nosso país: pais de família, estudantes universitários, religiosos, dotados do juízo mediano que caracteriza o senso comum. Aqueles que perpetram essa barbárie justificam seus atos recorrendo ao estoque de valores disponível em nossa cultura, adaptando o inominável às

** José Padilha é diretor do filme **Tropa de Elite** e co-roteirista com Bráulio Mantovani e Rodrigo Pimentel.*

*Luiz Eduardo Soares é co-autor do livro **Elite da Tropa** (Ed. Objetiva), com André Batista e Rodrigo Pimentel.*





expectativas éticas que organizam os discursos correntes. Essa estranha e oblíqua operação naturaliza o abominável. O corpo do outro, desprovido de subjetividade e valor intrínseco, reduz-se a meio e objeto sobre o qual o poder se exerce.

Mas essa experiência tem de ser aceitável para seu protagonista, não só para a sociedade. É indispensável adaptá-la a uma visão de mundo que a justifique. Livro e filme buscam desvelar essa operação adaptativa e essa visão de mundo, focalizando-as a partir de seu interior e de seus mecanismos cotidianos, conduzindo leitor e espectador ao fundo mais sombrio de suas possibilidades emocionais e simbólicas.

Um personagem verossímil e capaz de ser o anfitrião nesse universo de trevas, vinganças e estratégias, tem de crer nesse mundo que criou (ou ao qual aderiu) para apaziguar suas angústias, no esforço desesperado e impotente de compatibilizar valores e práticas inconciliáveis. Esforço vão, mas, por isso mesmo, sempre reiniciado, de racionalizar, processar, elaborar o excessivo, o resíduo que escapa, o vestígio que não se encaixa. Alguém poderia acreditar que o personagem que crê em sua ilusão perversa seria poderoso a ponto de seduzir sua platéia, a despeito da crueza de seus atos mais violentos?

Desconstruir essa visão de mundo e os mecanismos micro-políticos que a tornam social e subjetivamente sustentá-

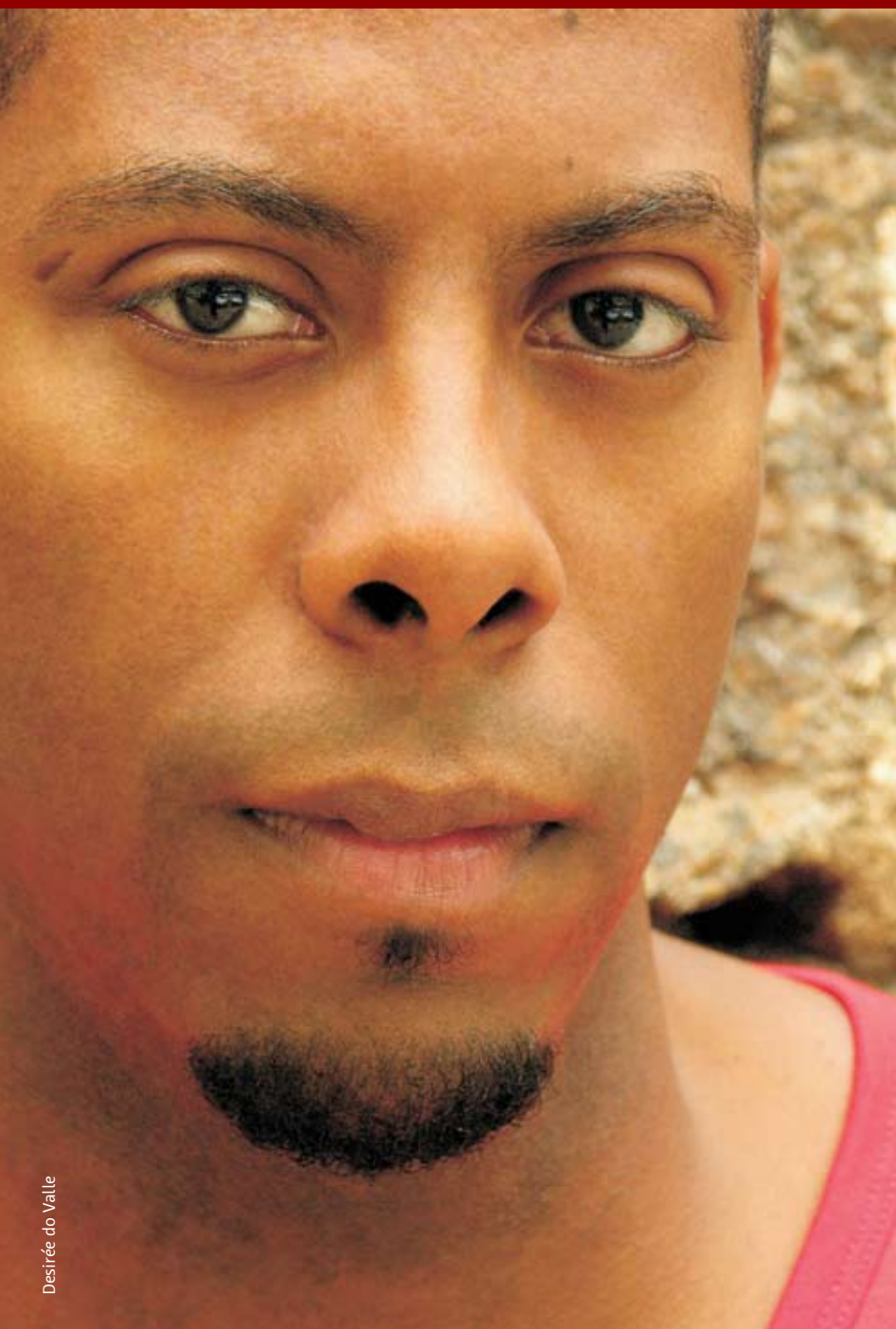
“ Alguém poderia acreditar que o personagem que crê em sua ilusão perversa seria poderoso a ponto de seduzir sua platéia, a despeito da crueza de seus atos mais violentos? ”

vel exige mais do que palavras críticas e conscientes. Requer a dramatização de seus impasses pelo atrito entre, de um lado, a opacidade impermeável dos valores que justificam a barbárie em nome da civilização, e, de outro, as imagens descentradas, incompletas, sujas, resistentes à unidade clássica que tudo integra, pacífica e harmoniza.

O que o ator Wagner Moura pensa sobre tortura:

“A tortura, assim como o trabalho escravo, parece uma prática medieval enterrada, mas não é. Infelizmente, ainda é utilizada em larga escala por órgãos públicos de diversos países, inclusive dos ditos desenvolvidos (vide os horrores de Abu Grab). O Brasil também não sepultou o horror sofrido nos porões da ditadura militar e ainda é um país tolerante com a tortura (sabidamente praticada pela polícia). A denúncia e o debate são instrumentos fundamentais para ajudar na erradicação de práticas perversas como exploração sexual infantil, trabalho escravo e tortura, que em pleno século XXI nos remetem às fogueiras da Idade Média. ”

André Ramiro, ator que interpreta o aspirante Matias, fala para a “Rompendo o Silêncio”:



Desirée do Valle

Acredito que, mais importante que o sucesso de bilheteria e de crítica do filme TROPA DE ELITE , são as questões polêmicas que o filme gera em nossa sociedade, principalmente para os cidadãos que acham que o Capitão Nascimento está certo por torturar e matar e que repressão é a solução para o problema da segurança pública em nosso país.

Seria o Capitão Nascimento um grande herói ?

Vamos analisar da seguinte maneira: nosso herói é uma pessoa à beira da insanidade, cansado daquela guerra sem fim na qual, para cada traficante morto, surgem dois novos no dia seguinte.

A violência do seu dia a dia de policial se estende aos limites de sua própria casa destruindo sua família. Para ele o BOPE é tão brutal que tudo em que ele consegue pensar é na sua aposentadoria.

Como espectador, sinto muita pena do meu personagem, o Matias, que ao longo da história, tornou-se herdeiro deste universo de violência.

Considero inadmissível qualquer tipo de tortura , mas a pior tortura mesmo é aquela imposta por nossos governantes quando se omitem e tratam com descaso a educação como fator preponderante além de forte aliada na luta pela diminuição da violência em nosso país.

A close-up, black and white portrait of Mv Bill, a Black man with a goatee, looking slightly to the right. He is wearing a blue t-shirt. The background is dark and out of focus.

Aqui o papo é reto

Mv Bill é um cantor de rap que alcançou o sucesso na música e ultrapassou barreiras sociais ao se tornar conhecido também por seu trabalho no documentário Falcão – Meninos do Tráfico. Nasceu e ainda reside na Cidade de Deus, comunidade da periferia do Rio de Janeiro, onde foi um dos fundadores da Cufa – Central Única das Favelas, uma organização voltada para a promoção de ações de formação para a juventude. Seu trabalho mais recente é a co-autoria do livro Falcão – Mulheres e o Tráfico. Acostumado a falar em seus trabalhos sobre a realidade das periferias, principalmente sobre violência, discriminação e cidadania, Mv Bill dá também sua opinião sobre a tortura:

“Eu já fui vítima da tortura de policial dentro da Cidade de Deus. Eu estava passeando de shorts e sem camisa e um policial quis me levar para a delegacia. Quando eu respondi que ele poderia me levar, ele começou a proferir palavras racistas, a questionar minhas tatuagens e quando viu que eu estava com uma passagem de avião dentro da carteira já questionou como um sujeito como eu, dentro da favela, poderia estar com uma passagem de avião. Quando eu respondi que a passagem era minha, para eu viajar, ele achou que eu estava debochando dele. Colocou uma pistola nas minhas costas e fez eu atravessar a Cidade de Deus com a pistola nas costas, com

todas as pessoas me olhando. Na viatura o sargento me reconheceu e me livrou. Chamei a imprensa e eu fiz questão de falar do caso, mas pedi para não expulsarem aquele policial, para ele não servir como bode expiatório, porque o problema continuaria na corporação. E fiz questão também de falar que tive a vantagem de ser reconhecido, mas não é o Bill que não pode ser importunado, mas nenhum favelado pode ser tratado daquela maneira”.

Contra a desigualdade, a favor das oportunidades



Vocalista da banda de rock Detonautas comenta sobre os temas tortura, violência e juventude.

A banda existe desde 1997, mas principalmente depois da morte do amigo e colega de banda Rodrigo Netto – vítima da violência urbana – o vocalista Tico Santa Cruz tem participado de manifestações contra a violência e a injustiça. Em entrevista feita à Revista “Rompendo o Silêncio”, ele fala sobre esses assuntos e deixa claro que é papel de cada um construir a paz no seu cotidiano. Acompanhe a entrevista:

Como você caracterizaria hoje a violência envolvendo jovens no Brasil?

Os mais afetados com a violência são sem dúvida os jovens, não vou usar estatísticas pois não acredito totalmente nelas. Falo o que vejo, o que vivo, o que acompanho. Dentre todos os óbitos em consequência da violência registrados no país, verificaremos que se concentram numa faixa etária de 16 a 25 anos. Na minha opinião, a maior violência é antes de tudo a falta de oportunidades, de educação, de um horizonte que lhes permita sonhar e acreditar num futuro.

Como você entende que é e como deveria ser a participação da sociedade na busca pela diminuição da violência?

Minhas respostas são clichês antigos, que muito apontam como discurso de esquerdista. Antes de me identificar com qualquer posição ideológica, sou um cidadão que acredita que os nossos direitos devem ser respeitados, de modo que o estado deve oferecer o que está garantido pela constituição. Mas ele não oferece e a população se coloca mediante seus serviços como se estivesse recebendo um favor. Não é favor para ninguém matricular o filho numa escola pública de qualidade, com profissionais bem remunerados ou ser atendido num hospital público decente, acesso a cultura, entretenimento, mas também qualidade de vida digna no lugar onde mora. A sociedade vive num círculo vicioso, que soa até patológico, me arrisco a deduzir uma esquizofrenia coletiva. Coloca a culpa nos políticos por tudo, mas se esquece que quem os colocam no poder somos nós. Poucos se lembram em que votou nas últimas eleições, poucos acompanham política. A violência é o reflexo de um estado falido que não dá assistência para seus cidadãos e por outro lado é sustentado por uma omissão coletiva que não quer se comprometer com as mudanças. Não há solução enquanto não entendermos que ela parte primeiro de nossa atitude no dia-a-dia. Como podemos cobrar honestidade do congresso se nós somos os primeiros a oferecer propinas, comprar produtos falsificados, jogar papel, guimba de ci-

garro nas ruas, desrespeitar as leis mínimas de convívio? Na minha opinião, furar fila é uma violência. Pequenos atos em grandes quantidades formam grandes problemas.

Como você percebe que a sociedade reage à tortura?

A prática da tortura é comum com jovens em favelas, morros e periferias, provinda de agentes públicos com fins de obtenção de informação. A sociedade reage com omissão e indiferença. Não sendo com eles, que se danem os outros. Não tem gente achando que o Capitão Nascimento é salvação do país?

Qual é nosso papel (enquanto sociedade) no combate à violência?

Nosso papel é nos organizar, acompanhar e cobrar dos nossos políticos posturas coerentes com o cargo que estão ocupando. Praticar o que falamos, buscar uma coerência com a realidade, entendendo que a mudança só será possível com união e determinação. Sem educação, sem oportunidades, sem justiça nunca teremos a paz que alguns sonham, mas que nunca existiu para uma boa parcela da população.

“

A paz que alguns sonham nunca existiu para uma boa parcela da população

”



Rogério Ehrlich

Tortura Racial, um crime ainda comum

Zezé Motta comenta as conquistas que a sociedade alcançou ultimamente com relação à diminuição do preconceito racial

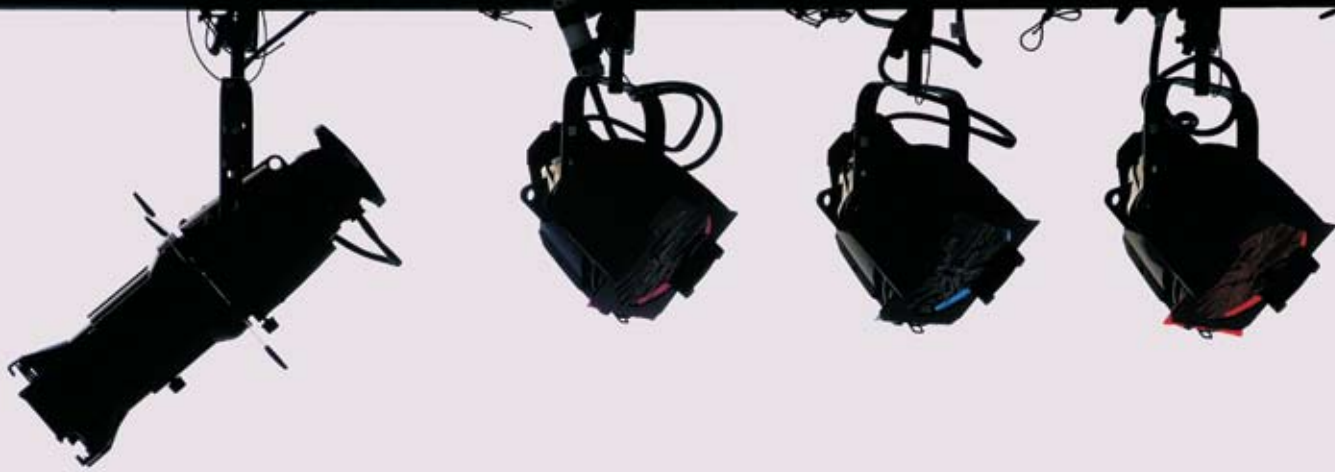
A atriz e cantora Zezé Motta, nacionalmente e internacionalmente conhecida desde seu trabalho como protagonista no filme “Xica da Silva” (1976), já participou de diversos filmes, atuou em telenovelas e segue sua carreira de cantora desde 1971, mas é também conhecida por sua militância a favor dos direitos humanos e contra a discriminação racial. Sobre esse último tema, a artista é muito segura em dizer que há muitas evoluções, principalmente quando compara a televisão de hoje com a televisão da época em que começou a trabalhar. Parte dos avanços contra a discriminação racial é reflexo de trabalhos de artistas que começaram com ela a batalhar por igualdade. Zezé é fundadora do CIDAN - Centro de Informação e Documentação do Artista Negro, uma organização não governamental que desde 1984 atua na inserção de atores negros na mídia e atualmente realiza atividades de formação para a cidadania e para as artes com jovens de baixa renda no Rio de Janeiro-RJ.

Zezé Motta, quais são seus projetos atuais?

Eu acabei de fazer uma participação num filme chamado “Brothers”, gravado na comunidade de Capão Redondo em São Paulo. É um filme com Cassia Kiss, Caio Blat, e eu faço a mãe de um dos meninos – um dos *brothers*. Estou também na expectativa de lançar meu novo CD, que vai se chamar “O Samba Mandou me Chamar”. Acabei de fazer um musical no Rio de Janeiro, chamado “Sete, o Musical”. E estou estudando o roteiro de um filme chamado “Pinguinha, um Homem Carinhoso”.

E o seu trabalho de educação e arte?

Não pára. O trabalho no CIDAN - Centro de Informação e Documentação do Artista Negro - começou quando as coisas começaram a dar certo para mim, mas no momento em que deu



certo olhei para o lado e vi que quase não havia outros atores negros. A minha virada foi com “Xica da Silva”, foi um sucesso, viajei o mundo inteiro para lançar o filme, mas me dei conta de que éramos muito poucos atores negros e mesmo com o sucesso do filme as coisas demoraram a mudar. Então a proposta inicial era a inserção do negro na mídia. Eu comecei a cobrar dos produtores e diretores o porquê dessa quase invisibilidade do negro na mídia. Arranjavam desculpas esfarrapadas, como “a gente só convida vocês (eu, o Pitanga, o Zózimo, a Leia Garcia) porque vocês são bons, mas os atores negros de modo geral são muito tensos, inseguros”.

Como está a relação da mídia de hoje com os artistas negros?

Esse assunto - preconceito - deixou de ser tabu. A gente, quarenta anos atrás, tinha uma luta muito solitária no movimento negro. Mas hoje já deixou de ser tabu, tendo negros já no horário nobre. Inclusive já fiz uma novela em que a gente discutia o preconceito - *Corpo a Corpo*, de Gilberto Braga - em que eu namorava um rapaz branco (interpretado por Marcos Paulo) e o pai não aceitava a relação porque eu era negra e pobre. A partir do momento que deixou de ser tabu, já é meio caminho andado. Assim que a gente começou com esse movimento negro, fomos taxados de racistas, pois diziam que a gente imitava o movimento americano, trazendo para o Brasil um problema que não existia, porque na época e até hoje se prega que existe no Brasil a demo-

cracia racial. Então acredito que o fato de a televisão ter passado a discutir o assunto já é um avanço. Outro dia fui contar quantos negros têm nessa novela das oito (*Duas Caras*) e chegou uma hora em que desisti, de tantos que são. E, além disso, o papel dos negros não está restrito ao bandido, à empregada. Já há uma diversificação dos papéis. Acredito que meu trabalho tem uma parcela de contribuição aí e fico muito orgulhosa.

A tortura racial existe também?

Essa perseguição dos policiais aos negros na rua é uma violência e uma tortura. A discriminação é uma violência. Uma vez, em reunião do movimento negro, nós fizemos questão de convidar um policial para discutir a questão da perseguição dos negros na rua e me lembro do depoimento dele dizendo que, segundo as ordens que eles tinham, se encontrassem com um negro na rua, dependendo do lugar e horário, ele era sempre um suspeito. Tenho amigos que se queixam de que negro com carro do ano ou moto nova sempre são parados pela polícia. E isso é recorrente nos dias de hoje.

Já aconteceu algum caso de discriminação contigo?

Hoje em dia acho que acabou aquela história de entrar pela porta dos fundos, ou ao menos imagino que acabou. Mas eu já passei por isso: fui visitar um empresário e o porteiro me apontou a porta dos fundos e eu argumentei que era amiga dos donos da casa, mas o porteiro insistia que estava apenas

cumprindo ordens. Ele não admitia que era por causa de minha cor que eu deveria entrar pelos fundos. Eu dei um empurrão nele e entrei no elevador, e ele simplesmente desligou o elevador. Fiquei lá parada, foi uma experiência muito desagradável. Eu fiquei muito aflita porque sofro de claustrofobia. Chorei muito. O elevador desceu e eu subi pelos fundos, aos prantos. Outra situação foi quando eu tirei umas fotos de anúncio para uma loja de tecidos. O cliente me pagou mas não usou as fotos, que ficaram belíssimas, mas ele disse que não ia usar minhas fotos porque a classe média era preconceituosa e não ia assimilar as fotos de uma mulher negra.

Como deve se posicionar o jovem negro perante a discriminação?

É importante a mudança que está tendo na mídia, porque o negro passa a ser retratado não apenas como bandido ou escravo. Isso é fundamental para a auto-estima do jovem negro, que pode crescer com melhores referências. É fundamental a questão da educação para que a pessoa estude de igual para igual. Acho interessante a questão das cotas, como medida provisória, porque levanta o debate. A gente tem que mudar esse mundo e a cota é um dos meios da sociedade se retratar perante as injustiças que já aconteceram. Acho que a juventude tem que ter consciência de que existe a discriminação e nem por isso pode abaixar a cabeça, tem que brigar pelo seu espaço.

Juventude, violência e tortura

Por Marcilene Lena Garcia de Souza

Pensar a juventude é pensar no futuro, e o futuro do Brasil está em jogo. Quem serão e como serão os pais e mães, os professores ou empresários? Quem ocupará cargos no sistema judiciário? Quem serão os cidadãos? Quem serão os poetas? Quem serão os policiais? Quem serão nossos amores? Quem cuidará do Planeta, das pessoas mais velhas, das crianças, quem serão os políticos? Quem vai ocupar os espaços de poder? Quem serão os talentos aproveitados pela sociedade? Quem serão os talentos desperdiçados? Qual será a visão de poder e de solidariedade que teremos? Qual será o nível de satisfação com a vida e com as pessoas? Qual é a democracia que nos espera? Que tipo de tijolos estamos construindo? Qual casa? O futuro é incerto e nos dá medo. Tantas fraudes e corrupções em todos os setores e lugares. Sonegar, omitir informação, silenciar indignação, silenciar-se acerca de opressões, torturas, etc.

Não é possível refletirmos sobre juventude e tortura sem pensar no futuro e sem lembrar do passado. Qual passado? Passado da escravidão? Passado da ditadura? Passado estampado no jornal de ontem? Para tanto, é relevante, ao problematizarmos o tema, lembrarmos do verdadeiro sentido da escravidão negra no país, que foi construída, regulamentada, legitimada e consolidada pelo Estado Brasileiro e pelas formas de tortura, violência, maus tratos e humilhação destinados aos nossos antepassados. E em que medida a forma de tratamento dispensada a esta população por mais de 350 anos, continua presente no imaginário das relações sociais atuais. Quantos jovens africanos chegaram ao Brasil para serem escravizados? Como foi a sua forma de captura em solo africano? Qual forma de prisões e sofrimentos que esta juventude vivenciou nos navios negreiros? Quantos conseguiram chegar vivos? Quantos foram assassinados? De que forma foram assassinados? A que

tipo de escravidão foram submetidos em todos os Estados deste país? A juventude negra, com seu esforço braçal e intelectual, durante a escravidão, construiu as bases econômicas deste país de graça e sem ser trabalho voluntário. Quantos líderes negros jovens travaram grandes lutas e morreram pela liberdade? Quem foram os “fujões” que chefiaram Quilombos, redutos de convivência, muitas vezes, harmoniosa entre brancos pobres, índios e negros? Quem foram estes jovens líderes?

A cultura e o folclore são meus/Mas os livros foi você quem escreveu

Quem garante que Palmares se entregou/ Quem garante que Zumbi você matou

Perseguidos sem direitos nem escolas/Como podiam registrar as suas glórias

Nossa memória foi contada por vocês/E é julgada verdadeira como a própria lei./Por isso

temos registrados em toda história/Uma mísera parte de nossas vitórias.É por isso que

não temos sopa na colher/ E sim anjinhos pra dizer que o lado mal é o candomblé

(NATIRUTS. Música: Palmares 1999).

É pertinente salientar que esta juventude, ainda hoje, depois de 120 anos da Abolição da Escravidão¹ (1888) continua sendo a vítima preferencial de todas as formas de violência, tortura e humilhações da sociedade brasileira.

De acordo com os indicadores sociais do IBGE² (2000, 2006), PNUD (2005), IPEA (2001, 2007) a juventude negra encontra-se numa situação de desvantagem social, econômica, política e de acesso às políticas públicas como educação, mercado de trabalho, emprego, segurança, expectativa de vida, etc., quando comparada a outros perfis de juventude. Chama atenção, sobretudo, a situação de vulnerabilidade desta juventude em ser assassinada. Ou seja, a taxa de homicídio de jovens negros é 74% superior à dos brancos. A probabilidade de ser assassinado é quase o dobro para os pardos e 2,5 vezes maior para os pretos. Salientamos ainda que os negros são as maiores vítimas não só dos criminosos, mas também da instituição que deveria proteger os cidadãos que é a polícia.

O IPEA, 2007, analisando a média de escolaridade das pessoas no Brasil entre 15 e 24 anos, afirma que levaria 67 anos para que brancos e negros tivessem alcançado os mesmos níveis de igualdade educacional. A probabilidade de um branco chegar à universidade é de 19% para 6,6% de um negro; um negro recebe 53% de um salário de um branco. Ainda segundo o IPEA, analisando os dados de 1995 a 2005 levaria 65 anos para o Brasil eliminar a pobreza entre os negros e 52 anos para os negros alcançarem o mesmo nível de pobreza que têm os brancos no Brasil hoje.

Vejam que a juventude negra, do sexo masculino é o principal grupo vulnerável à “violência urbana e policial” representando a maioria das vítimas de tortura e de homicídio. Não obstante, as do sexo feminino (jovens negras), estão mais vulneráveis à impunidade da violência sexista, traduzida na forma de regulamentar as políticas públicas, que em muitos casos, é omissa na defesa das mulheres negras que são vítimas de violência doméstica, tráfico de seres humanos, assim como na omissão quanto ao perfil de saúde pública que recebem (ausência de políticas de direitos sexuais e reprodutivos, na prevenção da gravidez na adolescência, etc.). E do ponto de vista geral, também de outras doenças socialmente predestinadas como toxicodependência, alcoolismo, DSTS/HIV, etc. Então,

Você tem de aprender a se defender

Tem de saber, que não há nada errado

Com seu tom de pele, seu cabelo enrolado

Fica ligado que eles querem te arrastar

(...)

Querem fazer uma lavagem em sua mente

Querem que você seja um cara inconsciente

Tipo um demente, uma marionete

É isso que o sistema quer do negro quando cresce

A escravidão não acabou é apenas um sonho

(Rappin' Hood – Música Us Guerreiro)

Destacamos que apesar da realidade nefasta para a juventude em geral, e especialmente para a negra, a juventude tenta dar o seu recado preferindo espaços de valorização da cultura, da arte, da cidadania e da cobrança de seus direitos que têm se traduzido, muitas vezes, através do Movimento Hip-Hop no Brasil.

Marcilene Lena Garcia de Souza é socióloga, diretora licenciada do IPAD BRASIL – Instituto de Pesquisa da Afrodescendência.

¹ A data oficial da Abolição da Escravatura no Brasil foi dia 13 de maio de 1888.

² IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; PNUD – Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento; IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Sucesso nas piscinas, e preocupação com o futuro do Brasil

Você poderia descrever quem era o Clodoaldo Silva antes e depois de alcançar tanto sucesso no esporte?

Fui um garoto da periferia de Natal, e só venci no esporte depois de muita luta. Nasci com paralisia cerebral e passei por diversas cirurgias até chegar na fisioterapia, onde me reabilitei com a prática de natação. A minha família me apoiou muito e só venci na natação porque abri mão de muitas coisas.

Hoje, que já viajou para diversos lugares, como você vê o mundo no que diz respeito à violência e à qualidade de vida dos jovens?

Fico impressionado quando chego em outros lugares do mundo, muitos deles me dão inveja, pela educação do povo, por terem mais oportunidades e acesso à cultura. Nunca estive em lugares muito violentos. Estive na África do Sul no ano passado que é um país que tem uma taxa de violência sexual absurda. Mas em relação à qualidade de vida, é meio complicado, não dá para saber direito quais são os países que se destacam.

E como vê o Brasil com relação à violência?

Fico triste quando vejo nossos jovens envolvidos na violência ou sofrendo por causa dela. Precisamos de mais investimento na segurança pública e de mais programas que dêem oportunidades para as crianças e adolescentes. Sem oportunidades eles serão os bandidos do futuro, pois não terão outra chance que não seja se envolver no tráfico de drogas, em roubos e na violência em si.

A tortura é um crime hediondo que ainda acontece muito no Brasil. Como você encara esse tema?

Acho que ninguém deveria passar por nenhum tipo de tortura, mas sei que muitas pessoas também acham isso. Não sei o que pode ser feito em relação a esse tema, o que sei é que violência gera violência e o ser humano não foi criado para ser massacrado. É o que disse, faltam políticas públicas eficazes em quase todas as áreas.

Clodoaldo Silva, apontado como melhor atleta paraolímpico brasileiro de todos os tempos, fala sobre suas preocupações com a juventude de hoje

Pessoas com deficiência são vítimas de discriminação? Qual sua opinião sobre isso?

Acho que a situação já foi pior. Acredito que discriminação não seja só o tipo de tratamento que você recebe de alguma pessoa, discriminação está aliada com vários assuntos: falta de adaptação nos lugares, falta de capacitação para as pessoas com deficiência e falta de empregos no mercado do trabalho. Acredito que os deficientes já mostraram que são capazes, para nós também estão faltando oportunidades.

Qual o recado para o jovem para a construção de uma cultura de paz?

Cada um precisa fazer a sua parte. As pessoas têm esquecido e exercer o amor ao próximo e enquanto isso ocorrer a paz não irá reinar. O amor é a solução para esse problema, mas não basta só algumas pessoas quererem, o mundo deverá se unir mais ainda em prol da paz, caso contrário a violência só tende a piorar cada vez mais.



Artigo

O cineasta João Moreira Salles fala sobre:

O fim da violência e a violência sem fim

Em dezembro do ano passado fui convidado para dar um curso em Sarajevo. Passei pouco tempo na cidade, três dias apenas, mas o que vi me fez pensar no Brasil e, especificamente, na minha cidade, o Rio de Janeiro. Este é um relato na primeira pessoa. Seu único sentido reside na vontade de transmitir o espanto de um morador de uma cidade violenta diante da paisagem destruída de uma outra cidade. Não sou especialista em guerra dos Bálcãs nem em violência do Rio de Janeiro. Mas, dessas duas violências, testemunhei os efeitos da primeira e vivo diariamente as misérias da segunda. São processos diferentes, com etiologias distintas, mas, vendo-me diante de Sarajevo,

percebi que, se situações limites encarnam quase todos os vícios, ao menos guardam uma virtude, a da clareza. Como o nervo está exposto, não há como nem por que ludibriar, fingir ou manter as aparências. As coisas são o que são.

Há uma integridade nessa transparência, uma incapacidade de mentir, traduzida na sinceridade

de uma cidade sem árvores de pé ou prédios intactos, incapaz portanto de esconder que o que houve por lá foi uma guerra, durante a qual a vida foi outra, trágica, cruel, anormal. Sarajevo funciona um pouco como essas destilações literárias que, por conseguirem reduzir determinadas paixões humanas à sua mais pura essência, nos fazem ver melhor as paixões mais modestas que nos cercam. Nenhum político é Ricardo III, ninguém é tão vil quanto Iago, mas conhecer Ricardo III e Iago torna mais fácil compreender a essência da corrupção moral e do ressentimento. Assim também Sarajevo. Nessas últimas décadas, nenhuma cidade foi como ela, mas com ela se aprende muito sobre as diferentes naturezas da violência.

Cheguei à tarde, junto com Branca, minha mulher. No mesmo voo havia um outro documentarista, o israelense Avi Mograbi, autor de filmes extremamente críticos quanto à posição de seu país diante da questão palestina. Tomamos um carro e fomos levados até nosso hotel. O trajeto durou pelo menos vinte minutos, e nos fez atravessar praticamente toda a cidade. Do primeiro prédio que vimos, logo à saída do aeroporto, até o edifício que abrigava o hotel, não passamos em frente a uma única edificação intacta. Simplesmente não existem construções livres de marcas de tiros, rombos de obuses, estilhaços de granadas. Numa boa parte dos edifícios, os andares intermediários, aqueles diretamente na linha descendente dos projéteis – o sexto, o sétimo e o oitavo andar, digamos – es-

tão carbonizados, deixando à mostra, como pobres bocas abertas, os vestígios de residências modestas: uma cama, uma cadeira, o corpo negro de uma geladeira. As pessoas continuam morando acima e abaixo desses andares fantasmas. De suas janelas, quase sempre vêem terrenos convertidos em cemitério: o estádio de futebol, o estacionamento do estádio olímpico, os parques que cercavam a cidade. Quem anda por Sarajevo inevitavelmente passa ao lado de um desses campos de mortos. As datas nas pedras tumulares terminam sempre com os números 92, 93, 94, 95. As datas de nascimento dizem: 68, 72, 74, 81.

O cerco à cidade começou no dia 6 de abril de 92, quando um estudante bósnio foi morto por um franco-atirador sérvio durante um protesto contra a República Iugoslava, que se recusava a conceder autonomia à Bósnia-Herzegovina (cuja capital é Sarajevo). Neste dia, teve início a guerra dos Bálcãs. Imaginando Sarajevo como a Lagoa Rodrigo de Freitas, em poucos dias o exército da antiga Iugoslávia ocupou com tanques e canhões toda a extensão das duas avenidas que margeiam a Lagoa, a Epitácio Pessoa e a Borges de Medeiros. Não só isso, como posicionou unidades de artilharia em todos os morros que circundam a Lagoa – Dois Irmãos, Pedra da Gávea, Corcovado, maciço da Floresta da Tijuca. Cada unidade de fogo não distava mais de 50 metros da unidade seguinte, formando assim um garrote letal em torno de Sarajevo.



Durante quatro anos, até novembro de 95, as linhas sérvias despejaram sua munição na cidade. Como os tiros vinham de todas as direções, casas, apartamentos ou escritórios não tinham lado mais ou menos exposto. Pessoas eram atingidas na sala, nos quartos, na cozinha e nos banheiros, no saguão de entrada dos prédios e nos estacionamentos dos fundos. Apenas um hotel permaneceu aberto durante os anos de guerra, um velho Holliday Inn que hospedou quase toda a imprensa internacional. As diárias dos quartos eram cotadas em função do tamanho das janelas – quanto maiores, menor o preço da diária -, e a habitação mais cara era um pequeno cubículo de paredes cegas. Sarajevo passou os anos de guerra sem luz e sem água, pois os sérvios controlavam os reservatórios de água e as usinas elétricas. Com duas exceções apenas (um bosque em torno do centro de operações da resistência e uma alameda rente às posições dos franco-atiradores sérvios), a cidade não tem mais árvores. Foram todas abatidas para fazer frente aos quatro invernos da guerra.

Pergunte a qualquer croata, bósnio ou sérvio como reconhecer de pronto o inimigo e ele dirá: não há como. Os rostos são iguais, as roupas são iguais, o tom da pele é o mesmo. Nesse sentido, o cerco a Sarajevo foi uma guerra civil na acepção mais profunda da palavra – iguais matando iguais. Muitas vezes, o fato de alguém se saber sérvio ou bósnio não definia de imediato o nome do inimigo. Sérvios que há gerações habitavam Sarajevo decidiram permanecer na cidade e participar de sua defesa. O general que comandou a resistência é um cristão ortodoxo de origem sérvia. Ainda mora em Sarajevo e é considerado pela maioria muçulmana como um dos heróis da guerra. Num dos documentários produzidos pelos estudantes, assisti ao depoimento de um jovem soldado sérvio que lutou ao lado das forças iugos-

lavas. Após receber ordens de seu superior para bombardear determinado prédio durante um dia inteiro, cumpriu a ordem. Passou doze horas alternando disparos de canhão com ligações de celular para o terceiro andar do prédio: queria saber se sua mãe havia sobrevivido. Ela se recusara a sair da cidade e morava ali.

É difícil imaginar guerra mais fratricida. Ou mais feroz: como me ensinaram, a boa estratégia bélica prescreve que, toda vez que o objetivo de um cerco é a tomada de uma cidade, deixa-se um flanco aberto para que a população civil possa fugir, facilitando assim a entrada do exército invasor na cidade agora abandonada. Em Sarajevo, não se ofereceu passagem a ninguém. A cidade foi cercada por todos os lados. Em termos estratégicos, há uma única razão para esse procedimento: exterminar a população. Em plena década de 90, a uma hora de vôo de Viena ou noventa minutos de Zurique, uma cidade européia foi sitiada durante quatro anos sem que ninguém pudesse escapar do cerco.

Na sua comunicação aos alunos, Avi Mograbi, o documentarista israelense, disse que ali, ao se ver diante de Sarajevo, sentiu pela primeira vez um certo alento por morar em Israel. “Talvez nossa situação não seja tão desesperadora como eu pensava. Nosso ódio não parece tamanho, e nossas cidades ainda estão de pé.” Pensei o contrário. Como Mograbi, sei que nosso ódio não é tamanho e que nossas cidades continuam de pé, mas num aparente paradoxo é exatamente isso que me fez sentir o tamanho da nossa tragédia. Posso resumi-la numa frase: apesar de tudo, em Sarajevo a guerra terminou. É isso que impressiona e é isso que conta: um processo violento tão concentrado e tão feroz encontrou uma solução de compromisso, não importa se momentânea ou duradoura. Neste momento, não se mata mais em Sarajevo.

João Moreira Salles é cineasta e documentarista, diretor de ‘Entreatos’ (2004), ‘Nelson Freire’ (2003) e ‘Notícias de uma Guerra Particular’ (1999)

Branca andou sozinha por toda a cidade, a pé, de manhã, à tarde e principalmente à noite, sem nenhuma sensação de insegurança ou temor. Numa cidade até ontem conflagrada, a presença da polícia e do exército é infinitamente menos ostensiva do que no Rio de Janeiro. Policiais tomam café e conversam nas esquinas sem metralhadora na mão. No ano passado, dez pessoas foram assassinadas na cidade. No Rio, delegacias que cobrem áreas onde o número de habitantes é igual à população de Sarajevo contabilizam esses mesmos dez homicídios em menos de cinco dias.

No seu novo livro, Lendo imagens, Alberto Manguel ensina que cada tragédia é seu próprio paradigma. Qualquer instância do mal – o Holocausto, a tortura, o estupro – só é equivalente a si mesma e existe apenas em seus próprios termos. Seria um profundo desrespeito afirmar que um horror específico equivale a qualquer outro. Em outras palavras, não é permitido comparar pesadelos. No máximo, pode-se descrevê-los, identificando os elementos comuns e, sobretudo, os traços dessemelhantes. Fundamentalmente, o que muda entre o horror de Sarajevo e o horror do Rio de Janeiro (e por extensão, de todo o Brasil) é a natureza da violência. A deles, tem fundo étnico e religioso, e está impregnada na história da região há pelo menos mil anos. A nossa... a nossa é uma incógnita.

Essa é a outra lição de Sarajevo. Quando se sabe o que deseja a violência, existe a possibilidade de um compromisso. Sei que alguns amigos não gostarão do que escrevo aqui, mas depois de Sarajevo passei a lamentar o fato de nossa violência não ter se tornado ideológica, não ter produzido lideranças políticas com agendas definidas. Assim, poderíamos pelo menos traçar estratégias, prever, agir de antemão e não apenas reagir, como fazemos cada vez mais e pior. Eventualmente, se fôssemos hábeis e inteligentes, chegaríamos à conclusão de que talvez fosse útil conversar, sentando à mesa com o adversário.

Cheguei de volta ao Rio num domingo e repassei os jornais da semana. No primeiro deles, vi um homem com um estilete na mão ameaçando de morte o próprio filho de dois anos. No seguinte, li sobre uma chacina na Vila da Penha. Adiante, soube de um passageiro de ônibus atingido por uma bala. Mais além, li sobre uma menina de dezesseis anos arrancada de casa por um grupo de seqüestradores. Soube de escolas que fraudavam os boletins dos próprios alunos para melhorar seus respectivos rankings. Aprendi como Ricardo Teixeira faz suas contas.

Creio que não há muita diferença entre esses fatos, já que na origem de todos eles está a degradação moral do país. Mas se a origem é uma, o propósito de cada uma dessas ações é irredutível às demais transgressões. São ações autônomas que não conversam entre si, violências solitárias, fechadas em si mesmas. Isso nos faz muito diferentes de Israel, da Bósnia ou da Irlanda. Sofremos uma fratura, mas ao contrário de Sarajevo não sabemos de nenhum procedimento canônico indicado para restabelecer nossa integridade. Lá, os

objetivos podem até ser inalcançáveis, mas têm nome próprio, identidade e CPF: a construção de um país autônomo, uma terra sua, sem o outro. Quando um palestino entra numa pizzeria e explode uma bomba, pode estar agindo insanamente, mas, como diria Polonius, há método em sua demência. Ele sabe por que faz. E aqui? O que quer a violência? Desconfio que essa inconsciência seja parte do nosso drama.

Outro dia, pela primeira vez, sofri uma tentativa de assalto num sinal de trânsito. Eram dois meninos. O mais velho não tinha mais de treze anos, o mais novo, no máximo onze. Bateram no vidro do carro mas não abri. Ensaaiaram com as mãos embaixo da camiseta a presença de uma arma, que evidentemente não tinham. Quando perceberam que o sinal abriria, espetaram o dedo no vidro, rente a meu rosto, e disseram que estavam de olho em mim. Nas suas expressões, era difícil saber o que mais queriam: assaltar-me ou me machucar. O assalto não dizia respeito apenas a dinheiro, mas a outra coisa pior, ainda sem nome, na qual se misturava desespero, vilania e ressentimento.

Existem muitas explicações para a violência daqui, a nossa, mas nenhuma me convence inteiramente. É evidente que a feroz desigualdade social do Brasil é uma das razões, mas o abismo entre ricos e pobres não pode explicar, por si só, seja a intensidade, seja a patologia dos nossos crimes. Países como a Índia, nos quais a renda é distribuída de forma ainda mais injusta, não convivem com níveis cotidianos de violência sequer parecidos com os nossos. Vizinha à razão social, há a explicação “ontológica”, que parte do princípio de que a opção pelo crime é

uma afirmação de existência. O menino que escolhe pegar em armas experimentalmente, pela primeira vez na vida, a sensação de ser visto, percebido, o que não ocorreria se decidisse entregar remédios para uma farmácia ou pedir esmola no sinal. O fato de o bem não conferir existência a quem o pratica é um dos sintomas mais tristes do nosso drama social. No documentário Notícias de uma guerra particular, que dirigi com Kátia Lund, um menino afirma que o dia mais feliz de sua vida foi quando o chefe do morro lhe deu uma pistola: “Me senti o dono do mundo”. Trata-se da afirmação ontológica pelo mal – o crime conferindo existência a quem até então era invisível e inexistente. (Algo semelhante ocorre com as favelas, de cuja existência só nos damos conta quando nos chega uma bala perdida.) O jovem transgressor não só passa a existir pela sua transgressão, como também a pertencer: a um bando, a uma quadrilha, a uma facção. Torna-se parte de algo. Deixa de ser órfão.

Essas duas razões são ingredientes importantes do nosso drama, mas ainda assim não esgotam o fenômeno. Regiões brasileiras ainda mais pobres e mais relegadas ao limbo ontológico não são tão violentas quanto o Rio e São Paulo. Nem mesmo a violência de Bogotá ou de Medellín pode servir de modelo para o caso brasileiro. Lá, o crime é organizado segundo os interesses estratégicos do grande narcotráfico, o que evidentemente não é o caso das guerras de traficantes do Rio, que opõem, nas favelas, o maltrapilho contra o indigente. A natureza lúmpen do nosso crime é, aliás, o que explica o fato dele jamais ter conseguido se organizar em torno de objetivos e programas.

O documentário “Notícias de uma Guerra Particular” ganhou, entre outros, o prêmio de Melhor Documentário Brasileiro e o Prêmio Quanta, ambos no festival É Tudo Verdade.

Por todas essas razões, suspeito que o Brasil esteja diante de um fenômeno novo, ainda em busca de explicação. Compreende-se a violência de Sarajevo, de Israel, da Colômbia. A violência brasileira, cuja manifestação exemplar ocorre nas ruas do Rio, permanece uma incógnita. Não acredito que haja um aparato teórico adequado para entender o fenômeno.

Desconfio de que nossa violência tem algo de essencialmente moderno, no sentido de ser uma violência individual, descentralizada, sem utopias. Arrisco dizer que sua gênese vem dos anos 80, e sua maioridade, dos anos 90. Não se pode imputar a responsabilidade do fenômeno a nenhum governo específico, visto que atravessa diversos mandatos. No caso específico do atual governo, julgo difícil negar as contribuições positivas que fez ao país: estabilizou a moeda, indicou homens notáveis para ministérios-chave – saúde, educação, economia –, teve um presidente que governou para o país e não para si mesmo. Falhou, porém, num aspecto essencial (aliás, falhamos todos nós, pois a tarefa também era nossa, da sociedade civil): não deu ao Brasil um sonho, uma utopia, um desejo de ser alguma coisa. É tristemente compreensível, pois na década da hegemonia do mercado a dimensão não

mensurável dos sonhos perdeu sua importância. Curiosamente, nesses anos de prevalência da lógica liberal, as políticas de desenvolvimento foram conduzidas segundo princípios de um marxismo vulgar, segundo o qual as forças econômicas são hegemônicas, e todo o resto – os sonhos, os desejos – é apenas epifenômeno. O que se vê nas favelas do Rio não é tanto a miséria material, mas a miséria de projetos, de desejos, de futuros sonhados. Nisso, Sarajevo é o nosso avesso. Vi no rosto dos meus alunos a vontade de construir um país.

Assim como o mercado é rico na produção de bens e pobre na produção de padrões éticos, assim como é incapaz de oferecer soluções solidárias que consigam tomar de assalto a imaginação de um país, assim como não se pode escapar do fato de que todo impulso de mercado é sempre individual – cada um sonha só, mesmo que os sonhos sejam iguais –, também a violência, quem sabe impregnada dessa descentralização da utopia, pulverizou-se e tornou-se anárquica, reinventando-se como violência invertebrada, sem centro, molecular. Ela não protesta, não propõe nada além do ganho imediato, tão vazia de conteúdo social quanto o ato isolado

de um agente econômico militando em causa própria. Como ela não tem objetivos, não tem hora para parar. Ao contrário de Sarajevo, a nossa violência não tem por que ter fim.

No final do curso, projetei Notícias de uma guerra particular para os dezoito alunos de Sarajevo. Uma menina de dezoito anos que passara grande parte dos quatro anos de guerra no porão de sua casa, sem luz e sem água, me disse: “Pela primeira vez na vida dou graças a Deus por ter nascido aqui”. Tenho certeza de que ela não me diria isso durante os anos de guerra, quando vizinho atirava em vizinho, e parente em parente, mas entendo que me diga isso hoje. De abril de 92 a novembro de 95, em pouco menos de quatro anos de guerra, morreram 11.600 pessoas na cidade de Sarajevo. Nesse mesmo espaço de tempo, são assassinadas no Rio de Janeiro 13 mil pessoas.



Por mais respeito

Jean Wyllys solta o verbo contra a discriminação e a homofobia

O jornalista, escritor e professor universitário baiano Jean Wyllys é um intelectual que ficou conhecido nacionalmente ao participar do reality show Big Brother Brasil. Ele assumiu, sem hesitar, sua homossexualidade e por ter conquistado o respeito e o carinho de milhões de espectadores do programa, Jean conquistou não apenas a vitória no jogo, mas alcançou diversas vitórias em favor do respeito aos homossexuais.

Que contribuição a exposição de imagem teve para a sociedade brasileira?

Ainda não dá para avaliar todo impacto de minha imagem pública. A participação num reality show de grande audiência fez com que milhões de pessoas conhecessem e aprovassem meu talento, meus valores morais e minha relação comigo e com os outros, que, antes do reality show, eram conhecidos apenas por parte significativa da população de Salvador, onde eu já era conhecido por conta de meu trabalho

como jornalista, escritor e professor universitário. E também pelo fato de eu ser gay, um gay assumido e inteligente. Agora, o impacto maior de minha exposição ainda não dá para avaliar. Sei, por meio de cartas e do contato com as pessoas em lançamentos do meu livro e em eventos, que minha participação no reality show ajudou muitos gays a assumirem sua identidade sexual, a enxergarem positivamente a homossexualidade e serem respeitados por suas famílias. Também é certo que, na história da TV, até então, ninguém havia dito “eu sou gay” com todas as letras e tão tranqüilamente. É provável que eu tenha inaugurado uma nova representação de gay assumido na mídia: aquele cujo fator de exposição não está apenas na identidade sexual, mas, principalmente, em tudo mais que forja uma pessoa pública: inteligência, talento, valores morais e ética. E eu sei que muitos gays, mas muitos mesmo, estavam à espera disso; por isso é que eles me respeitam e admiram. Aos gays que entendem de moda, falam da vida de celebridades e desmunhecam em humorísticos, veio se somar a minha figura. Mas, de um modo geral, a minha história de vida - o garoto pobre e nordestino que se tornou jornalista,

escritor e professor universitário com honestidade e graças ao seu talento e esforço - serviu de inspiração num país onde é comum o apadrinhamento e a corrupção. O restante do impacto só o tempo - senhor de todo destino, tambor de todos os ritmos - dirá.

Em que medida falar de direitos humanos é falar dos direitos das chamadas minorias?

Falar de “direitos humanos” não é fácil. Apesar do sentido de universalidade presente na expressão - aquele que aponta para a existência de direitos que devem ser observados, respeitados e promovidos independentemente de qual nação, religião, etnia, classe social, gênero, orientação sexual e faixa etária pertença a pessoa - os direitos humanos não existem para todos os humanos. E, em muitas situações, contraditoriamente, violências e crimes são praticados em nome da “defesa” e “preservação” de “direitos humanos”. Mas as chamadas “minorias” - negros, mulheres, povos indígenas, imigrantes e homossexuais - quando têm voz, reivindicam direitos alegando sua humanidade; reivindicam direitos humanos. A lembrança de que as minorias são humanas faz parte também das estratégias das organizações não-governamentais e até governamentais que apóiam as lutas de tais minorias. Nesse sentido, falar de direitos humanos é, em termos práticos, falar do direito das minorias.



ao ser humano

Como você vê hoje o movimento pelos direitos dos homossexuais?

Engraçado, eu vivo me perguntando quais são os direitos dos homossexuais... Os homossexuais são um grupo heterogêneo e até divergente. Eles não constituem uma classe social, no sentido marxista do termo. O que não quer dizer que ser homossexual não inclua a percepção de se pertencer a um grupo social determinado (estando claro que essa “consciência coletiva” varia segundo o tempo e o espaço). Logo, é possível falar de modos de vida gay ou homossexual. Entretanto, há homossexuais organizados que vivem tentando despertar a consciência de classe entre os gays, mas sem muito sucesso. Nesse contexto, quais seriam os direitos dos homossexuais que já não seriam direitos de qualquer cidadão? Poder adotar uma criança com o parceiro ou deixar o patrimônio que construíram juntos para um dos pares em caso de morte? Caso a resposta seja “sim”, quantos são os homossexuais que desejam se unir a outro e construir uma família? Em minha opinião, os homossexuais - organizados ou não - em se tratando de objetivos políticos, deveriam defender a liberdade de escolha sexual; o que não quer dizer liberdade de atos sexuais, pois, como bem lembrou Michel Foucault, há atos sexuais, como o estupro, que não devem ser permitidos. E essa liberdade de escolha sexual deve incluir a liberdade de expressão dessa escolha, ou seja, de torná-la pública ou não. Nós, os gays, não devemos nos comportar como “desviados” que cobramos tolerância legal para nossos “desvios”; antes, devemos desmontar ou desmascarar os esquemas conceituais e de representação que nos constroem como “desviados”, como, por exemplo, certas “descobertas científicas”, a indústria da pornografia e quase toda teledramaturgia.

Em sua opinião, quais as piores formas de violação e quais os principais direitos conquistados?

Assassinatos, tortura, lesões corporais, estupros, extorsões e humilhações públicas são crimes dos quais os homossexuais são vítimas, mas já estão previstos no Código Penal porque qualquer cidadão heterossexual também podem ser vítimas deles... Inadmissível é que juízes variem a sentença dos algozes - quando estes vão a julgamento - segundo a orientação sexual de suas vítimas, ou seja, dêem uma pena mais branda a um assassino só porque sua vítima era um homossexual e o advogado ou defensor público desse assassino argumentou que a vítima era promíscua - logo, culpada de seu fim trágico - ou assediou o algoz. É por isso que devemos lutar por uma liberdade de escolha sexual e por uma livre expressão pública dessa escolha. Acho que as paradas do orgulho gay são um primeiro e importante passo nessa direção. Poder realizá-las até mesmo em cidades como Feira de Santana é uma grande conquista.

De que maneira a mídia se posiciona diante de todas estas questões, principalmente sobre a tortura?

A mídia é heterogênea em todas as acepções da palavra mídia. Ela acaba sendo uma arena, um espaço onde diferentes forças e interesses se opõem ou colaboram uns com os outros. A mídia são pessoas. E há pessoas com mais força e “material bélico” que outras (por exemplo, os donos das redes de tv e transmissoras tendem a impor suas visões de mundo em produtos de artistas e jornalistas que para eles trabalham). É possível que, entre essas pessoas que fazem e são a mídia, existam poucos homossexuais dispostos a

desenhar novas estratégias de combate ou de fazer novas alianças em nome do bem-estar da coletividade e da co-existência da diversidade.

A riqueza de uma sociedade está na sua diversidade. Como você avalia a sociedade brasileira na questão da diversidade no que se refere aos gays?

É uma pergunta difícil de responder, até porque os gays também são a “sociedade brasileira” ou fazem parte dela... Há gays em todos os setores da sociedade: somos muitos e estamos em toda parte, inclusive fazendo os programas de TV a que toda a sociedade assiste e os jornais que toda a sociedade letrada lê. Nesse sentido, a sociedade brasileira convive em harmonia com os gays porque estes fazem parte dela, muitas vezes reforçando seus preconceitos e sua estupidez. Há dois anos, no dia da Parada de São Paulo, a coluna de Mônica Bergamo, na Folha de São Paulo, trouxe umas quatro *bichas* ricas e celebradas pela *intelligentsia* paulistana falando mal do evento. Ora, é possível dizer que essas quatro *bichas* estão em perfeita harmonia com a mentalidade reacionária e moralista de parte da (alta) sociedade. Sou gay assumido publicamente e as pessoas me respeitam e me admiram; logo, estou em harmonia com a sociedade. Mas será que as famílias e amigos dos travestis assassinados e humilhados diariamente por seu modo de vida podem dizer o mesmo? Será que os gays agredidos em praias por lutadores de jiu-jitsu podem dizer o mesmo? Será que as *bichas* afetadas, sobretudo as mais pobres, que são ofendidas verbalmente em suas casas e escolas e rejeitadas pelos postos de trabalho podem dizer o mesmo? Respondam-me, por favor.

JUVENTUDE EM XEQUE E MATE!

Por Netinho de Paula*

Muitos estudiosos, autoridades, fóruns, órgãos governamentais e até não-governamentais, nos últimos anos tratam dos temas juventude, tortura e violência como sendo apenas crescentes índices - meros dados estatísticos. Estes, fornecidos por relevantes institutos de pesquisas.

Sendo assim, mais uma vez é algum órgão ou alguém que não é "nosso", dizendo o que estamos fazendo e como estamos morrendo. Então mais uma vez, muito obrigado, digo eu, em nome da periferia e digo, com autoridade, pois sou fruto dela. Acho que a classe média está fazendo a parte dela: acusar e cobrar mudanças. Quanto a nós que não acreditamos nela, continuamos com nossos pagodes românticos, nosso rap, falando da polícia e para ajudar tem ainda o *funk* carioca dizendo: "MOLECADA, RELAXEM E GOZEM, APROVEITE ENQUANTO ESTÃO VIVOS!!!" Estas manifestações de periferia precisam ser consideradas como elementos importantes em nossa sociedade.

É... há mais ou menos 15 anos eu fazia parte de um movimento que sonhava com a nossa

música tendo espaço na mídia para mostrar o nosso outro lado. Mostrar nossas tias e tios que "dão mó duro" honestamente e que pagam os carnês em dia, alguns que até facilidade fazem, mesmo ganhando pouco.

Seria importante mostrar também as religiões que *seguram a onda* da comunidade, como os Centros de Umbanda que amenizam as dores e que dão comida, para molecada... sempre tem uma Mãe Maria na comunidade. Temos ainda as várias igrejas de inúmeras denominações que interferem diretamente nos *barracos* fazendo da Bíblia a melhor das leis, limitando os desânimos e *surtos* que em nome de Deus são amenizados.

Pois, saibam senhores que nossa juventude é "teleguiada". Sem atitude, sem chance e vive em "xeque-mate", ou seja, encurralada e não tendo mais para onde correr. Aqui não se cria nada, só se recebe. Uma das poucas oportunidades que teríamos de nos manifestar, de nos organizarmos, de fazer a verdadeira revolução pacífica na periferia, é hoje através das "malquistas" rádios comunitárias que nos foram tiradas, e que ironia, em pleno governo de esquerda? Ou melhor de direita? Quer dizer... sei lá!

Só sei que não podemos nos comunicar a não ser por meio de veículos que já são de posse constituída por famílias tradicionais em cada canto do País. Televisão? Pelo amor de Deus nem pensem nisso! Já pensou uma televisão comunitária em cada perife-

ria do Brasil? Este bando de gente fazendo seus programas, apresentando, criando suas *Xuxas*, fazendo concurso de beleza sem serem chamadas de *miss favelas*? Pelo amor de Deus! Deixem-nos lá descendo até o chão mexendo a *bundinha*, tocando cavaquinho... Ah! Eles devem pensar: "ainda bem que até as escolas de samba, que eram administradas por eles (da periferia), agora para preservar a cultura popular, são administradas por nós (a elite)". Assim, vai se mostrando tudo de ruim através de pesquisas e de prêmios para iniciativas que mostram alternativas, porém que causam pouco impacto.

Escrevendo este texto, pensei na importância de se ter atitude para uma juventude que não tem grandes líderes, que despreza a responsabilidade de ser jovem. Não apenas os jovens de periferia, mas, também, aqueles que mesmo tendo uma educação diferenciada e oportunidades diferenciadas, devem procurar pensar a quem estão servindo. Por exemplo, o filho do político ladrão está servindo a quem? O filho do traficante-ladrão está servindo a quem? Qual é a responsabilidade de ambos?

Que reflitam se puderem, ainda que pela Internet. Comunicuem-se, troquem idéias e se encontrem, não só para a balada, bailes ou sei lá o nome que tem agora, mas sim para a construir a grande mudança que só um movimento jovem pode causar. Tortura é não pensar!

*** Netinho de Paula (José de Paula Neto) é cantor, compositor, apresentador de TV, presidente de honra do INSTITUTO CASA DA GENTE e Presidente da TV DA GENTE.**



Tortura: nem mesmo crianças e adolescentes são poupados desse crime.

Daniela Mercury, personalidade consagrada por seus trabalhos na música, tem também grande reconhecimento na área de Direitos Humanos. Embaixadora do Unicef no Brasil, ela comenta sobre a tortura:

Qualquer forma de tortura, física ou psicológica, deve ser combatida. O Brasil precisa erradicar essa prática de violência, que submete pessoas a humilhações e sofrimentos intensos. Nem mesmo crianças e adolescentes são poupados desse crime. Meninas e meninos continuam sendo vítimas de maus tratos em campos de trabalho perigosos e penosos, onde são explorados por gente que desrespeita sua condição especial de desenvolvimento, lhes negando oportunidades e alimentando o ciclo de pobreza no país.

O Brasil aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, criou uma lei específica contra a tortura em 1997, e tornou-se signatário da Convenção Internacional contra a Tortura em 2001. Apesar desses avanços no campo do direito, os maus tratos ainda fazem parte da rotina institucional de muitos abrigos e centros de internação. São instrumentos “disciplinares” para crianças e adolescentes. Uma situação ainda mais grave do que a exploração da mão-de-obra infantil, pois significa dizer que os agressores são pessoas e entidades que deveriam apoiar e proteger meninas e meninos em situação de risco. Trata-se, muitas vezes, do próprio Estado violando os direitos da infância e da adolescência.

Em 2008 comemoramos 18 anos do ECA e 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. É preciso chamar atenção e enfrentar os efeitos danosos que a tortura provoca nas novas gerações, promovendo a violência ao invés de convivências pacíficas.



Ditadura, tortura e cinema

O cineasta Helvécio Ratton fala sobre seu último longa-metragem, “Batismo de Sangue”, sobre a tortura que o filme mostra e sobre a tortura nos dias de hoje

Baseado em fatos reais, o filme “Batismo de Sangue” (2007) conta a participação de frades dominicanos na luta clandestina contra a ditadura militar, no final dos anos 60. Movidos por ideais cristãos, eles decidem apoiar a luta armada, e são presos e torturados. Um deles, Frei Tito, é mandado para o exílio na França, onde, atormentado pelas imagens de seus carrascos, comete suicídio. O roteiro é uma adaptação do livro de Frei Betto, vencedor do prêmio Jabuti. Veja o que o diretor Helvécio Ratton fala sobre o filme e sobre o tema tortura:

Por que escolheu esse tema e esse livro para seu filme?

Eu acho que o cinema brasileiro vem cumprindo um papel muito interessante de iluminar certos campos escuros de nossa história. A melhor forma de a gente entender nosso presente é conhecendo nosso passado. A história do Frei Tito é uma história ainda pouco conhecida que eu acho interessante que os jovens tomem conhecimento.

O tema ditadura é recorrente hoje?

A questão do abuso e da tortura no Brasil é muito antiga. Mesmo quando ela aconteceu na ditadura, ela contou com a experiência que já havia na

prática de tortura dos presos comuns. Inclusive o delegado Fleury foi levado para a repressão política devido a fama que ele tinha de torturador na repressão ao crime comum. Na época da ditadura, os militares utilizaram muito a tortura para conseguir informações seguindo práticas que exércitos como o da França e do Vietnã já aplicavam. Essa questão, quando chegou ao Brasil, somou com a experiência que havia nas delegacias brasileiras. É algo que já tinha há muito tempo e que permanece até hoje.

A tortura permanece nos dias de hoje. Existe diferença da prática da tortura na ditadura para os dias de hoje?

A ditadura se utilizou da experiência de torturar presos comuns na delegacia e trouxe isso para os presos políticos. Sempre houve no Brasil uma política de maltrato ao preso, como se você pudesse arrancar informação de uma pessoa a qualquer custo. A tortura se fundamenta no seguinte: “nós temos o direito de fazer mal a essa pessoa na medida em que a informação que a gente vai arrancar dela vai fazer bem”. Agora quem julga isso é a pessoa que está praticando a tortura. Na verdade não há nada que justifique que você possa se apropriar do corpo de uma pessoa e infringir algum mal

a ela para extrair uma informação. Não há nada que justifique isso. Mas essa prática é utilizada há tempos no Brasil e na época da ditadura era praticada contra um público específico – os “inimigos” (estudantes, militantes, políticos, intelectuais, etc.) – e hoje são outros os torturados.

Você acredita que “Batismo de Sangue” cumpre uma função de sensibilização para combater a tortura?

Na medida em que o filme mostra a tortura que aconteceu com aqueles jovens, sim. O filme mostra a história de quatro padres dominicanos que são brutalmente torturados sendo que um deles, o Frei Tito, nunca mais conseguiu se reequilibrar psicologicamente e se suicidou num convento na França. Na medida em que essa história é exposta com todo o realismo, toda a verdade dela, acho que o filme em si passa a ser um instrumento interessante de sensibilização e conscientização da pessoa a respeito dessa prática no Brasil.

O cinema tem a obrigação de ser uma ferramenta de mobilização social?

Cinema é principalmente um entretenimento. Nasceu nas feiras e parques, com a função principal de entreter.

Com a passagem do tempo, quando o cinema foi alcançando uma linguagem capaz de alcançar as pessoas, emocionar as pessoas, ele passou a ter, além da função de entreter, a função de provocar, gerar discussão, reflexões. Acredito que nós, do Brasil, que fazemos cinema principalmente com dinheiro público e vivemos num país tão desigual, temos que encarar o cinema também com a função de ajudar a pensar e discutir questões da realidade brasileira.

O público priorizado para essas discussões é o público jovem?

Eu me preocupo muito em fazer um cinema aberto aos jovens. Fiz questão que o filme tivesse uma censura baixa, a partir de 14 anos, assim como no filme “Uma Onda no Ar” também. Porque eu acho que a gente tem que cuidar muito das gerações futuras, que vão estar daqui a pouco governando o País, dirigindo as instituições. É importante essa formação cidadã, e o cinema pode compor um papel muito legal nisso. O cinema traz a cultura junto com a educação e nesse sentido temos, sim, o cinema como instrumento de formação.



A tortura que existe dentro de casa

A médica pediatra e sanitarista Zilda Arns é fundadora e coordenadora nacional da Pastoral da Criança. A ONG tem um reconhecido trabalho pela diminuição da mortalidade infantil no Brasil. Além dos diversos prêmios que ela e a Pastoral já conquistaram, Zilda Arns foi indicada em 2006 para o Prêmio Nobel da Paz. E sobre a paz é que ela fala agora neste artigo:

O Ser Pacífico

por Zilda Arns

Se quisermos construir a paz, temos que concentrar esforços na construção de uma sociedade justa e fraterna a serviço da vida e da esperança

As ações que violam os direitos humanos causam sofrimento a todos e no caso das vítimas serem crianças ou adolescentes, os seus efeitos vão além do presente. Espancamentos, agressões psicológicas, abandono, abuso sexual são as formas mais comuns de violência doméstica contra crianças e adolescentes e elas deixam marcas para toda a vida. Muitos adultos sofrem uma verdadeira tortura ao longo da vida motivada por circunstâncias de violência na infância. Uma Pesquisa da OMS - Organização Mundial da Saúde, intitulada "Salud mental y desarrollo psicosocial de la niñez: lineamentos básicos y propuesta de un plan de acción interagencial a nivel regional", cujos resultados foram discutidos em dezembro de 1994, em Montevideu, Uruguai, comprova, entre outras coisas, que crianças maltratadas antes de completarem o seu primeiro ano de vida têm significativa tendên-

cia à violência e até à criminalidade. Outros estudos comprovam a necessidade da educação infantil, que começa quando a criança ainda está na barriga da mãe, como fator que afeta o seu desenvolvimento. Por isso, devemos tomar atitudes para que todas as formas de violência sejam evitadas.

Para reduzir a violência nas famílias, nas comunidades e no país precisamos de Políticas Públicas que tenham como eixo principal a redução das desigualdades sociais e o respeito ao meio ambiente. Devemos garantir, de forma prioritária, o acesso de todos à saúde, à segurança alimentar e nutricional, à educação de boa qualidade e humanizada, que inclui a educação para a convivência fraterna por meio dos esportes, música, artes e valores culturais.

Nada dá mais resultado do que começarmos a cuidar da criança desde a gestação até sua adolescência, no contexto familiar e comunitário, priorizando seu desenvolvimento integral: físico, social, mental, espiritual e cognitivo. É necessário promover a justiça social e a corresponsabilidade entre países ricos e pobres para que haja solidariedade entre eles.

Mas é na família e na comunidade que a pessoa pode ser educada tanto para a violência quanto para a paz.



A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República vem realizando esforços junto a vários outros órgãos federais, estaduais e municipais para combater a tortura no Brasil. Esse esforço conta com o apoio de várias instituições da sociedade civil organizada e até da comunidade internacional. Um esforço que, segundo o ministro Paulo de Tarso Vanuchi, secretário especial de direitos humanos, vem sendo ampliado cada vez mais.

Como combater a Tortura?

Ministro Paulo Vanuchi, o que vem sendo feito para ampliar o combate à tortura no âmbito nacional?

Nós temos um plano de ações integradas para a prevenção e combate à tortura que estamos assinando gradualmente com todos os estados brasileiros. Esse plano de ações integradas incorpora basicamente as recomendações do sistema de direitos humanos das Nações Unidas e da OEA, sendo que o Brasil é signatário desde 1989 da convenção contra a tortura que existe nas Nações Unidas desde 84. Avançamos com a ratificação do protocolo facultativo que foi adotado em 2002. O protocolo estabeleceu basicamente: a criação de um subcomitê nacional e o decreto do presidente Lula do “Dia 26 de junho, Dia Nacional do Combate à Tortura”. E também estabelece um mecanismo muito importante para o combate à tortura que é o sistema permanente de visitas sem aviso prévio aos possíveis locais de prática deste delito.

Existe uma certa tolerância da sociedade para esse tipo de crime?

Na questão da tortura existe um senso comum que é de uma certa tolerância em segmentos populares: “olha, se não espancar, ele não confessa” ou então “se ele matou, ele tem de ser torturado” ou “ele tem de ser executado sumariamente”, que revelam o desconhecimento sobre os principais tijolos que formam a democracia de um País. A idéia de que numa democracia todos somos escravos da lei, temos de seguir a lei, o chamado primado da lei do estado democrático de direito. Isso quer dizer o seguinte: os criminosos, eles têm de ser punidos, eles têm de ser perseguidos, se cometerem homicídios, latrocínios, estupro, agressões violentas, têm de ser presos. Agora, a prisão no direito moderno e sobretudo no direito brasileiro, ela é sempre entendida não como um lugar onde a pessoa estará submetida a um sistema de castigos permanentes, mas sim, a pessoa terá oferecida uma chance de reparação do dano, de reconhecimento de sua culpa e responsabilidade para uma reinserção social.

Ministro, a tortura é atualmente um dos crimes mais graves contra os direitos humanos cometidos no Brasil?

Ainda persiste o mito que muitos têm de que a tortura é um instrumento eficiente de confissão, de condenação. O policial muitas vezes argumenta “se eu não bater, se eu não torturar o criminoso, ele não confessa e eu não consigo destruir o crime”. Isso é uma falsa compreensão da lei e todos os currículos recentes introduzidos nas polícias civis e militares dos estados, na polícia federal, cada vez mais sob a ótica dos direitos humanos, desmentem esses mitos e mostram primeiro que a confissão não é necessária, que há mecanismos de investigação científicos, tecnológicos, exames de balística, institutos de criminalística. A tortura se configura na mais grave desconsideração para os direitos inerentes à pessoa humana. Porque submeter uma pessoa a choques elétricos, espancamentos, afogamentos, o que seja, caracteriza em primeiro lugar um crime do ponto de vista da autoridade policial que pratica isso.



O ESPECIALISTA FALA

“A violência praticada pelos agentes públicos da área de segurança só vai cessar ou chegar próximo a zero na medida em que o cidadão exercer a sua cidadania, o seu direito e trazer às ouvidorias essa notícia, trazer essa denúncia de tortura em especial e também outros abusos cometidos. Então essa população, ela pode procurar e deve procurar as ouvidorias que são responsáveis juntamente com o ministério público para levar essas denúncias e é fundamental que ela participe e a ouvidoria é a casa do cidadão. Ele pode vir a qualquer ouvidoria no Brasil porque essa é sua casa para fazer a sua defesa e fazer a sua relação com o estado.”

José Francisco da Silva,
ex-coordenador do Fórum Nacional dos Ouvidores de Polícia

Cecília Coimbra,
uma das fundadoras do grupo Tortura Nunca Mais

“A denúncia, o tornar público, fortalece as pessoas porque as pessoas começam a perceber que o seu caso não é um caso isolado, que há muitas outras pessoas que passaram por violências tão grandes quanto aquela pessoa passou, então, no momento em que você coletiviza isso, você produz vínculo e solidariedade, você se sente não como um estranho, mas como pertencendo a grupos que também passaram por isso.”

“Trata-se de um ato de agressão covarde. Uma violência covarde em todos os seus termos porque ofende a dignidade humana tanto do torturado como do torturador. Grande parte (...) dos exames é apenas o exame físico e se constata um tipo de lesão considerada leve, se esquece de que é possível torturar sem causar nenhum ferimento físico (...) Uma luta minha é para que os integrantes, os peritos sejam preparados especificamente para essa questão das denúncias de tortura.”

Antonio Funare Filho,
ouvidor de polícia do estado São Paulo (e também vítima da tortura na Ditadura Militar)

Olympio Sotto Maior,
procurador geral de justiça do Estado do Paraná

“A lei prevê um caso especial de aumento de pena, de aumento de 1/6 até 1/3, quando o crime é cometido contra a criança e o adolescente. Então quando o legislador, ao tratar do crime de tortura, prevê uma pena agravada exatamente porque precisam delas, por se tratarem de pessoas em peculiar fase de desenvolvimento, de uma proteção especial.”

“Dentre todas as formas de desumanidade, talvez seja a tortura a mais emblemática da incivilidade. Degrada o corpo e a mente de quem é torturado, destrói a alma do torturador e corrompe moralmente o estado. A vigilância e o combate contra ela são imperativos da democracia e do processo civilizatório.”

Ricardo Balestreri,
Secretário Nacional de Segurança Pública

Para saber mais...

Algumas referências sobre Tortura

Brasil: Nunca Mais

Esse é, provavelmente, o mais conhecido relato sobre a tortura no Brasil durante a Ditadura Militar. Conta as torturas que ocorriam no Brasil na época, através dos depoimentos das pessoas que sofreram essas torturas. O livro somente pôde ser publicado pela Arquidiocese de São Paulo quando chegou ao fim a ditadura no Brasil, no ano de 1985. Já teve 34 edições.

Direito à Memória e à Verdade

Um livro que relata as informações levantadas pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (1995) sobre violações de Direitos Humanos ocorridas no último ciclo ditatorial no Brasil. O material, produzido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, está disponível para download em www.sedh.gov.br

Armazem Memória

Documentos sobre a Tortura não apenas no período da Ditadura Militar podem ser acessados no site Armazém Memória - www.armazemmemoria.com.br. O site reúne em uma biblioteca virtual centenas de obras não apenas sobre temas como *Tortura*, *Luta pela Terra*, *Movimento Sindical*, *Direitos das Crianças e Educação Popular*.

Direitos Humanos na Net

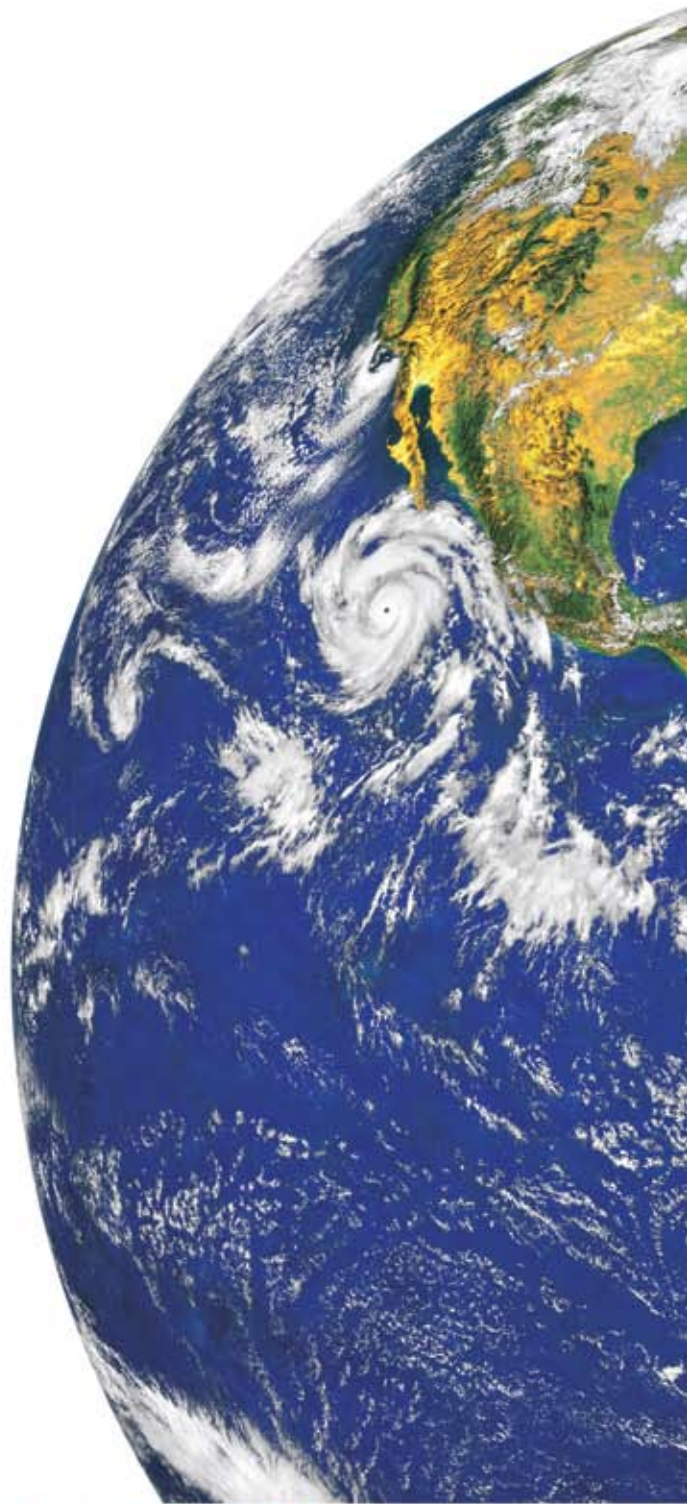
No site do Dhnet (www.dhnet.org.br) há uma série de documentos e referências sobre questões relacionadas a direitos humanos. Artigos atuais sobre tortura podem ser encontrados nesse site, no atalho: www.dhnet.org.br/denunciar/tortura/textos/index.html.

Vale a pena conferir também os sites do grupo Tortura Nunca Mais: www.torturanuncamais.org.br e www.torturanuncamais-rj.org.br

Algumas outras referências sobre o assunto:

- **A Democracia em Pedacos: direitos humanos no Brasil.** DIMENSTEIN, Gilberto e PINHEIRO, P. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- **Barão de Mesquita, 425 - a fábrica do medo.** COSTA, Alcir Henrique da. São Paulo, Brasil Debates, 1981.
- **Dossiê Herzog: prisão, tortura e morte no Brasil.** JORDÃO, Fernando. São Paulo, Global, 1984.
- **O que é Cidadania?** COVRE, M. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- **O que é Tortura?** MATTOSO, Glauco. São Paulo, Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1984.
- **O que são Direitos da Pessoa.** DALLARI, Dalmo de Abreu. São Paulo, Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1982.
- **O que são Direitos Humanos?** DORNELLES, João Ricardo W. São Paulo, Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1989.





Filiado ao



Secretaria Especial
dos Direitos Humanos

